

# Sem acordo só 4 de 60 parágrafos

Reunidos no final da tarde e início da noite de ontem, lideranças do PMDB e do Centrão não conseguiram fechar acordo em quatro dos 60 parágrafos que integram o Capítulo I do Título II do projeto de Constituição, que começa a ser votado hoje. Os partidos de esquerda, apesar de presentes, não se comprometeram em votar nos pontos acordados. Eles acham que apesar de avanços quantitativos, não houve avanços em termos qualitativos.

“Dos 22 pontos polêmicos constantes da pauta, no âmbito da reunião, sobram para a disputa através do voto os parágrafos que tratam da propriedade privada; da inafiançabilidade e imprescritibilidade de crimes como tortura, terrorismo e tráfico de drogas; mandado de segurança coletivo; e habeas data. Ainda assim, ao final da reunião, lideranças do PMDB e do Centrão se comprometeram a continuar analisando os dois últimos pontos, para mais uma tentativa de entendimento.”

## Dois temas dão confronto maior

Desapropriação em dinheiro e mandado de segurança coletivo — esses dois pontos, amplamente debatidos nas negociações realizadas neste final de semana entre os grupos da Constituinte, não permitiram acordo e serão objetos de votação disputada em plenário, a partir de hoje. Apesar de entusiasmado com os resultados dos entendimentos, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, comentou que esses dois pontos serão decididos nos votos: “vai ser uma guerra”.

As primeiras conversas envolvendo o Centrão, o PMDB, o PDT e o PDC, entre outros grupos interessados, já que nem sempre todos estiveram presentes nas reuniões, não abordaram ainda as questões ligadas ao Capítulo II, no qual estão os direitos dos trabalhadores, como a estabilidade, cuja discussão mantém-se na indefinição em dinheiro. Os contatos preliminares têm sido tímidos e descompromissados, mas líderes do Centrão chegam a trocar singelas apostas a respeito do êxito dos acordos.

No sábado, os grupos conseguiram tirar de 28 propostas de emendas e destaques, pelo menos 22 para acordo. Depois de um contato inicial na residência do presidente Ulysses Guimarães, onde tentaram analisar artigo por artigo do Capítulo I que entra em pauta hoje, o Centrão percebeu que gastaria tempo demais se não mudasse sua metodologia de análise. Pediu a cada uma das correntes que listasse os pontos de negociação, anotei e sugeriu a suspensão do encontro, para voltar com posições determinadas sobre cada um deles.

Nesses encontros, apesar da tensão gerada pelos pontos de vista divergentes, não faltaram até pitadas de bom humor das partes. O deputado Roberto Cardoso Alves tem demonstrado aos participantes uma desconfiança acentuada de que o estão perseguindo ou hostilizando. Seus interlocutores comentam que ele, fechadas as portas, consegue serenidade e uma boa conversa, facilitada pela cultura humanística e conferências jurídicas. Sandra Cavalcanti e Gastão Righi andaram trocando palavras a respeito de questões ligadas à amamentação.

Entre os aspectos importantes já decididos para a votação por acordo, ou não, alguns merecem destaque:

Quando à desapropriação da propriedade privada, o Centrão quer que a indenização seja feita previamente e em dinheiro e as esquerdas só a aceitam se for paga através de títulos da Dívida Agrária. Quanto ao parágrafo que relaciona os crimes inafiançáveis e imprescritíveis, também há discordância: o Centrão quer que sejam dados tratamentos diferenciados, em dois parágrafos, para os crimes de tipo tortura e terrorismo e um outro tratamento para tráfico de drogas e crimes hediondos.

Na parte que trata do mandado coletivo e habeas data (a nova figura jurídica que está sendo criada para garantir ao cidadão o acesso a informações sobre sua pessoa), o Centrão ainda ficou de estudar a possibilidade de um acordo com o PMDB, a cujas lideranças dariam uma resposta ainda naquela noite. O Centrão admite o habeas data, restringindo porém o acesso somente a informações de órgãos públicos e em casos que “não comprometam a segurança nacional”.

Para o presidente Ulysses Guimarães, que coordenou a reunião, os resultados foram satisfatórios, como avanços em boas partes, “mas não em tudo”. Quanto à qualidade dos pontos negociados, ele não aceita as argumentações das esquerdas e diz que muitas questões de conteúdo polêmico foram resolvidas. Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) critica a posição do pessoal de esquerda, não se comprometendo em votar as questões em que se fechou acordo. Para ele, “é muito fácil ficar com o imaginável e deixar que o PMDB se vire com o realizável”.

Dentre os pontos em que houve entendimento entre PMDB e Centrão encontram-se os que tratam da inviolabilidade da correspondência, de censura, asilo político, direito dos religiosos de uma maneira geral e não apenas os brasileiros poderem prestar assistência religiosa em instituições do tipo creches ou presídios e direito de reunião.

**TERRORISMO/TORTURA** — O texto da Sistematização retirou da classificação de crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia o terrorismo e o tráfico de drogas, restabelecidos pelo Centrão no parágrafo 9º do artigo 6. O líder Mário Covas quis retomar o texto original, mas o Centrão acabou achando melhor manter seu texto, melhorando a redação por uma emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) que ressalva tratar-se de tráfico de drogas entorpecentes capazes de produzir dependência física ou psíquica. O acordo está fechado neste ponto.

**SIGILO DAS COMUNICAÇÕES** — Com a emenda 1932, o Centrão encontrou uma forma de satisfazer a todas as correntes, mantendo o sigilo das comunicações mas salvando que a telefônica poderá sofrer interferência nos casos previstos em lei ou por ordem judicial para atender investigação criminal e instrução processual.

**IDENTIFICAÇÃO** — Aproveitando uma emenda do deputado José Tavares, anteriormente rejeitada na Comissão de Sistematização, o acordo foi feito de modo a garantir uma distinção entre a identificação civil e a criminal.

**PRISÃO/DETENÇÃO** — no parágrafo 25 do texto do Centrão está previsto que ninguém será preso a não ser em flagrante delito ou por ordem da autoridade competente. Mas dentro do acordo, ficou acertado que o texto aprovado na Comissão de Sistematização voltará a prevalecer, distinguindo antes o que é prisão e detenção.

**DETENTOS E PRESIDENCIÁRIOS** — apesar da argumentação dos demais grupos, o Centrão entende que sua redação é melhor, mais concisa e abrangente inclusive na questão da amamentação para os filhos das presas e a separação dos condenados de acordo com a gravidade dos crimes.

**MANDADO COLETIVO** — não há a menor possibilidade de o Centrão admitir a inovação defendida pelo líder Mário Covas para o mandado de segurança coletivo. A alegação é de que esse é um direito individual clássico e a inovação não seria boa.

**DESAPROPRIAÇÃO** — o senador Mário Covas quer tirar a indenização em dinheiro, mantendo o texto da Sistematização. Só

que esbarra num dos princípios que geraram a formação do Centrão, que entende ser indispensável o pagamento em moeda, excetuando apenas alguns casos para reforma agrária ou urbana, nos quais admite o pagamento em títulos da dívida pública. Neste aspecto não há acordo e o voto decidirá em plenário.

**PROPRIEDADE DE 25 HA** — ficou acertado que valerá o texto do Centrão que altera um pouco a proibição da desapropriação de propriedade rural com até 25 hectares, mas determina que a lei terá responsabilidade de prever mecanismos de financiamento para possibilitar o desenvolvimento destas terras.

**MANDADO DE SEGURANÇA** — O líder Mário Covas queria trocar a redação mas aceitou um acordo feito em torno da emenda 1531 § 35, do deputado Ricardo Fiuza, que dá uma forma melhor a este direito individual.

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL/CLASSES** — não há perspectiva de acordo. A previsão é de disputa em plenário, porque o Centrão não admite que essas entidades ingressem em juízo em nome de seus associados sem anuência prévia.

**JURI** — O Centrão, no texto de sua emenda, quis inovar, mas acabou aceitando a argumentação de que a tradição brasileira só admite o júri para casos de crime doloso contra a vida. Acatou o destaque de autoria do deputado Pimenta da Veiga e abandonará sua emenda coletiva nesse aspecto.

**CIDADANIA** — como esse termo não foi bem colocado na emenda coletiva do Centrão que tem prevalecido nas negociações, ficou estabelecido durante as negociações que aceitarão uma emenda do deputado Gerson Peres para determinar que os atestados de nascimento e óbito são gratuitos, bem como os demais atos necessários ao exercício da cidadania.

**APLICAÇÃO DOS DIREITOS** — na pressa de redigir suas emendas para coletar as assinaturas, o Centrão acabou esquecendo de incluir no texto o último artigo do anteprojeto Cabral III, aprovado na Sistematização, sobre o capítulo dos direitos e garantias individuais e coletivos. Isso agora será providenciado com a emenda 1439, prevendo que tais direitos são de aplicação imediata.

## Crítica ao Exército leva general à prisão

Fortaleza — Por determinação do comandante Militar do Nordeste, general de Exército Hélio Pacheco, foi recolhido ao quartel da Décima Região Militar o general da Reserva Francisco Batista Torres de Melo, por ter feito carta de solidariedade ao irmão, coronel, também da reserva, Arthur Torres de Melo, que já está preso, por 20 dias, no quartel do Décimo Grupo de Artilharia de Comando. O general Francisco Batista ficará preso por 30 dias. Poderá também ser punido o major do Exército Francisco de Assis Fernandes Bastos, que ontem publicou nota de solidariedade aos dois oficiais punidos e se disse ainda “contra o desgoverno que atormenta o País”.

As prisões dos irmãos Torres de Melo são decorrência da carta feita pelo coronel Arthur e enviada ao capitão Fernando Walter de Almeida, que se rebelou em Apucarana, no Paraná. O coronel se puniu e fazia sérias restrições ao ministro do Exército. A carta foi divulgada em um jornal do Paraná e também na imprensa cearense. O coronel pegou punição de 20 dias. Veio, então, a solidariedade do irmão, o general Francisco Batista, de 63 anos, dos quais, 41 dedicados à vida militar, tendo sido comandante da 10.ª Região Militar.

A carta do general Francisco Batista contém também críticas ao Exército de agora e ao ministro Leonidas Pires. Deploira as punições do capitão Walter e do irmão e lamenta que escândalos do Governo Federal não sejam averiguados e os responsáveis punidos. O general foi recolhido ao quartel da Décima Região Militar, às 21h30m de ontem e ficará em regime “menager”, ou seja, podendo circular por todas as dependências da unidade militar. Está num apartamento de pequenas dimensões, segundo dizem seus familiares.

O oficial não quis falar muito com a imprensa, argumentando que o que pensava já estava escrito na carta. Mas, indagado sobre quem poderia tirar o País da crise, não se negou a declarar o nome do empresário Antônio Ermírio de Moraes.



Senador José Fogaça (com a filha às costas) e o deputado Vivaldo Barbosa na piscina do Clube do Congresso

## Políticos têm dia de lazer e de otimismo

Longe dos afazeres da Constituinte, alguns parlamentares aproveitaram o sol forte de Brasília para visitar, ontem pela manhã, o Clube do Congresso. A cerveja gelada, os trajes esportivos e o calor de 31 graus não foram suficientes para deixá-los alheios aos temas políticos. Afinal, estavam ali só para relaxar um pouco antes da decisiva reunião de várias lideranças com o Centrão.

Um dos mais otimistas era o vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa, que na ausência da esposa tomava conta dos filhos menores. Enquanto as crianças divertiam-se na piscina, ele comentava com amigos o quanto estava confiante num acordo com o Centrão: “Fizemos nossas reivindicações e eles demonstraram muito boa vontade. Acho que chegaremos facilmente a um consenso”, revelou.

O deputado Gonzaga Patriota (PMDB-PE) mesmo confirmando que não fazia parte de qualquer grupo, admitiu que o Centrão, de um certo modo, foi fundamental para o andamento de alguns trabalhos das comissões e subcomissões, e por isto mesmo espera, também, um acordo entre os líderes. Só não acredita nisso, se uma das partes for radical demais:

— Os trabalhos da Constituinte tomaram um novo rumo. Depois de muitas discussões chegaremos a um acordo. Só assim o povo voltará a confiar nos parlamentares, e passará a apontar acertadamente quem são os culpados pela crise que o País atravessa. Muitos têm esquecido os erros do Poder Executivo, e só lançam críticas à Assembleia Constituinte. Mas apesar das dificuldades e diferenças temos dado conta do recado — comentou.

Elogiando “de leve” os trabalhos da Constituinte, concentrando suas críticas para as “investidas” do governo Sarney contra o seu Estado — o Acre — o deputado Osmir Lima, do PMDB, antes de um mergulho na piscina, deixou clara sua opinião sobre a reunião das lideranças: “Se não encontramos saídas pelo antigo caminho, o certo é estudar outras fórmulas. Espero que tudo dê certo, pois o povo está atento e não aguenta mais desculpas descabidas” — disse.

Negando-se a falar com a imprensa, o senador José Fogaça, do PMDB gaúcho, preferiu mergulhar com os filhos. Mas não esqueceu de fazer pose para as fotos: Usando um short curto, passou a exibir seu bumbom e um sorriso largo, depois de comentar: “Aqui não é lugar para entrevista. Quanto às fotos, estou já à vontade”.

## Moreira faz dossiê sobre retaliações

LUIZ CARLOS MARANHÃO  
Correspondente

Rio — Duas providências de caráter diverso acabam de ser tomadas no âmbito do Palácio Guanabara para fazer frente às hostilidades deflagradas pelo Planalto à administração estadual, provocadas pela defesa do mandato de quatro anos para o presidente Sarney assumida pelo governador Moreira Franco; os secretários da área econômica do governo estão sistematizando num dossiê tudo que pode ser configurado como retaliação. Mas para o público externo a orientação expressa do governador é a de que a retaliação não será admitida pelo menos até o final dos trabalhos constituintes.

A fonte política que deu esta informação explica que ao agir desta forma, o governador cumpre o papel de não conturbar o processo final de transição — que a rigor, já considera esgotado. E aguarda uma oportunidade mais adequada para utilizar o trunfo da denúncia, numa conjuntura que, a curto prazo, irá definir a exaustão do governo Sarney e consolidar a sua tese de convocação das eleições diretas para este ano. A mesma fonte repete que o eixo tático da intervenção política de Moreira neste momento — é contrariar para a conclusão dos trabalhos constituintes — uma bandeira que na opinião do governador une o que existe de mais sadio dentro do PMDB.

Ao decidir por evitar respostas públicas aos sinais cada vez mais evidentes e frequentes de retaliação emanadas do Palácio do Planalto, Moreira joga com a capacidade de julgamento da opinião pública. Acredita o governador — ainda sempre com a mesma fonte — que a intenção do Governo Federal de transferir do município de Itaguaí para o Norte Fluminense a implantação do polo-petroquímico do Rio de Janeiro, contrariando todos os estudos de viabilidade técnica e econômica, deixaria a nu o procedimento até agora velado do Governo Federal em criar dificuldades para a sua administração. Nesta avaliação,

o governador contaria, inclusive, com a voz dos setores empresariais, hoje com opinião formada sobre as vantagens da implantação do polo-petroquímico em Itaguaí, um projeto que facilitaria a atração de investimentos privados, pela relação custo/investimento, e por ser uma solução mais rápida.

O governador ainda está preocupado com a morosidade da tramitação de vários projetos no âmbito social, todos tecnicamente já aprovados, mas na dependência da liberação de financiamentos. A maioria destes projetos está no âmbito da Caixa Econômica Federal — tratam da construção de habitações populares, saneamento básico, obras para melhorar o abastecimento de água da população. De público, Moreira, como fez no curso da última semana, diz compreender as dificuldades do governo, descartando a ideia de que projetos de cunho essencialmente social possam ser motivo de barganha política.

A linha de procedimento de Moreira se estende à sua relação com a banda de constituintes do seu partido. Pelo menos dois parlamentares, da estrita confiança do governador, de forma surpreendente assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) que visa restituir o mandato de cinco anos para Sarney, derrubando a decisão da Comissão de Sistematização, Flávio Palmier da Veiga e Messias Soares. No caso de Palmier, as ligações com Moreira são antigas desde a época em que o atual governador foi prefeito de Niterói. O líder da bancada do PMDB, Aloisio Teixeira, ganhou a posição em substituição ao deputado Paulo Ramos, um major da PM alinhado com posições da esquerda do partido, por influência de Moreira, incoerentemente com a atuação da emenda Iensen.

Tudo isto porque o governador, que publicamente defende os quatro anos de mandato, acha que não deve influenciar os deputados a que tem acesso no seu partido na questão do mandato. Moreira jura que é

uma questão de ética. Mas um parlamentar da bancada peemedebista aliado à esquerda indica duas razões: “primeiro o governador não tem influência entre os progressistas, segundo que os fisiológicos do partido, como o deputado Jorge Leite, e ideologicamente mais comprometidos com o pensamento reacionário, como Daso Coimbra, não o escutam mais. Ou seja, no fundo o governador não tem controle da bancada e acaba tentando de algum modo capitalizar esta sua atitude”.

Segundo assessores do governador, o Palácio do Planalto, na obstinação de impor os cinco anos de mandato, criou uma verdadeira paranóia em relação ao governador fluminense. A ponto de acusarem Moreira de ter negligenciado na mobilização do policiamento para garantir a segurança do casamento da filha do senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), no último dia 15, quando a presença de Sarney era aguardada. Este ressentimento, chegam a admitir assessores, é maior pelo empenho que o Governo Federal deu, à época ainda vivendo as glórias do final do Plano Cruzado, na campanha eleitoral que acabou viabilizando a vitória de Moreira.

O Planalto também não perdoa o fato de Moreira Franco ter transformado o Palácio das Laranjeiras, sua residência oficial, no centro das articulações dos principais governadores do PMDB (exceção de Newton Cardoso e Orestes Quercia) para o encurtamento do mandato de Sarney. E por ter sido um dos teóricos da tese da “governabilidade”. Ou seja, a ideia de que o que iria determinar a duração do mandato do atual Presidente seria a performance de sua política econômica — à época, vivendo a expectativa do Plano Bresser.

Em consequência, a pregação de Moreira se voltou para a necessidade de o PMDB deflagrar internamente a discussão sucessória, em torno de um programa econômico, considerando a transição encerrada e o trabalho com Arraes e Waldir Pires para a conclusão da Constituinte.

## Rompimento constribe governador

Cuiabá, (MT) — Após sete horas de reunião, cerca de 300 militantes decidiram ontem, no encontro estadual do PMDB realizado nesta capital, o rompimento do partido com o presidente Sarney, o apoio à adoção do sistema parlamentarista de governo e às eleições presidenciais ainda deste ano. Apesar de outras facções do partido — membros do centrão — não estarem presentes, a decisão teve caráter oficial

e será colocada em discussão a nível nacional.

O governador Carlos Bezerra, que falou aos participantes do encontro durante 30 minutos, mas que não esperou resultado da votação alegando outros compromissos, mais uma vez não quis se posicionar. Disse que irá cumprir as determinações do diretório nacional do partido ainda indefinido nessas questões. Carlos Bezerra preferiu se

utilizar de um ditado cuiabano para defender sua posição: “O afoto come cru”.

Já o prefeito Dante de Oliveira, de Cuiabá, defensor de um mandato de 4 anos para Sarney, entende que o rompimento com o Presidente deve ser objeto de discussão numa Convenção Nacional do PMDB, “porém após a promulgação da Constituinte”.